



# DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1667, QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2011

## Francischini pede investigação sobre restituição da Receita a cliente de Palocci em tempo recorde

O deputado **Fernando Francischini (PR)** apresentou nesta quarta-feira (25) proposta à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que pede a investigação de pagamentos milionários realizados pela Receita Federal à WTorre, uma das clientes da empresa de consultoria do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci.

Em consulta ao Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), o tucano constatou a existência de duas ordens bancárias do órgão vinculado ao Ministério da Fazenda em São Paulo: uma de R\$ 6,2 milhões e outra de R\$ 2,9 milhões. Os valores foram creditados em 7 de outubro de 2010, quatro dias depois do 1º turno das eleições.

Francischini destaca que o primeiro processo foi protocolado pela WTorre em 8 de outubro de 2009. O segundo, que gerou a restituição de R\$ 2,9 milhões, foi registrado em 24 de agosto de 2010, mesma data em que foi feita uma doação de R\$ 1 milhão ao comitê de campanha da então candidata Dilma Rousseff. Apenas 17 dias depois, em 10 de setembro do ano passado, houve outro repasse de R\$ 1 milhão para a petista. "Não tenho dúvida que há tráfico de influência. Agora queremos saber de quem", declarou.

Segundo a "Folha de S.Paulo", a WTorre contratou a empresa Projeto, de propriedade de Palocci, para tratar de "assunto corporativo". Ainda de acordo com a reportagem, a construtora fechou negócios em torno de R\$ 1,3 bilhão com fundos de pensão e a Petrobras.

O deputado Francischini ressaltou que, entre o protocolo de agosto e a liberação dos valores, passaram-se somente 44 dias, um tempo recorde. "Segundo técnicos da área, a agilidade é diferenciada da maioria dos casos da Receita Federal. Queremos apurar quem fez esses pagamentos, como foi o procedimento e se houve a intervenção de Palocci", afirmou. A investigação pode ter o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para o líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, as revelações reforçam a necessidade da CPI. "Há um nítido relacionamento entre a consultoria prestada, os recursos de campanha e a celeridade absurda da Receita Federal em devolver créditos."



### Repasses milionários

#### R\$ 9,1 milhões

É o valor pago pela Receita Federal para a WTorre em 7 de outubro de 2010, quatro dias depois do primeiro turno das eleições. A quantia inclui duas restituições, uma de R\$ 6,2 milhões e outra de R\$ 2,9 milhões.

#### R\$ 2 milhões

Foram doados pela empresa ao comitê de campanha da então candidata Dilma Rousseff entre agosto e setembro de 2010.



**Deputados criticam "rolo compressor" da base em comissão e exigem explicações do ministro PT aciona sua "velha tática de guerra" ao posar de vítima quando acusado, destaca ITV**

### PSDB cobra reabertura do inquérito sobre quebra de sigilo de caseiro

O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, pediu à Procuradoria Geral da República (PGR) a reabertura do inquérito sobre a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. O ministro Antonio Palocci, acusado de ser o responsável pela violação dos dados, foi inocentado em agosto de 2009 por falta de provas em uma votação apertada no Supremo Tribunal Federal por 5 votos a 4.

"A revelação de que a própria Caixa Econômica atribuiu ao gabinete do então ministro da Fazenda a responsabilidade pela quebra do sigilo é uma informação de extrema relevância e por isso pedimos que o inquérito seja reaberto", disse o líder.

Segundo reportagem da "Folha de S.Paulo", é a primeira vez que o banco estatal responsabiliza o petista. Até então, alegava que apenas havia "transferido" os dados para o Ministério da Fazenda, sem acusar Palocci pelo vazamento. Em setembro de 2010, a Caixa foi con-

denada pela Justiça a pagar indenização de R\$ 500 mil ao caseiro e recorreu.

Para Nogueira, os novos fatos reforçam a necessidade de uma CPI Mista. Segundo o tucano, quando o STF arquivou o processo, essa prova não existia.

"A confissão da instituição financeira pública de que o representado possuía prerrogativa funcional de ter acesso às informações sigilosas é fato novo suficiente para justificar a reabertura das investigações", diz trecho do requerimento protocolado na PGR. O escândalo levou à queda do ministro em 27 de março de 2006.

**"Sem dúvida, isso é um ingrediente muito forte para que a CPI seja instalada e esses assuntos esclarecidos. Há mais de 10 dias existe uma blindagem do Planalto."**

■ Deputado **Duarte Nogueira (SP)**

## Governo prorroga imposto da conta de luz e prejudica cidadão, avaliam parlamentares

No Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte, o governo aprovou a prorrogação de um encargo na conta de luz. A Reserva Global de Reversão (RGR) representa 2,7% do valor das faturas de energia elétrica. O Planalto inseriu o dispositivo no texto da Medida Provisória 517/10, aprovada pelo plenário da Câmara ontem (25). O PSDB lutou para impedir que a cobrança fosse autorizada, mas o rol compressor da base atropelou a votação.

O líder tucano, **Duarte Nogueira (SP)**, disse que a medida esconde “a vontade avassaladora de arrecadação cada vez mais virulenta do governo, em relação ao bolso do contribuinte”. Ele acrescentou que o partido votou contra em protesto à prorrogação do encargo.

“Votamos contra o mérito para defender o povo brasileiro e protestar contra a maneira pela qual se está fazendo tanta maldade àqueles que geram emprego e ajudam a construir os horizontes do país”, reprovou o tucano.

O líder da Minoria, **Paulo Abi-Ackel (MG)**, ressaltou que a matéria não possui os requisitos constitucionais básicos de relevância e urgência. Para o deputado, a medida é mais um exemplo de texto repleto de penduricalhos que representam os interesses do Planalto, mas prejudicam a

população. “É uma petulância do governo a colisão frontal com a Constituição Federal por meio dessas MPs.”

O deputado **Bonifácio de Andrada (MG)** acredita que a votação da proposta gerou embaraço e confusão. Para **Domingos Sávio (MG)**, o erro do texto está em incentivar a exploração de energia nuclear. “Não se pode cobrar mais imposto sobre energia elétrica e incentivar a nuclear”, apontou ao fazer referência ao dispositivo que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares.

**Ricardo Tripoli (SP)** e **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** reforçaram as críticas à concessão de incentivos fiscais para o setor nuclear. Para Thame, o governo “age contra a maré” ao incentivar o uso desse tipo de energia. @

### Arrecadação avassaladora

- A Reserva Global de Reversão rende aos cofres do governo R\$ 2 bilhões ao ano
- O encargo equivale a cerca de 2% da conta de luz paga pelo consumidor

## Eduardo Barbosa e Instituto Teotônio Vilela promovem seminário para discutir Plano Nacional de Educação

O Instituto Teotônio Vilela (ITV), centro de estudos e formação do PSDB, e o deputado **Eduardo Barbosa (MG)** fazem nesta quinta-feira (26), em Brasília, seminário para discutir o Plano Nacional de Educação (PNE) para o próximo decênio (2011/2020).

Os tucanos debaterão o impacto financeiro do novo plano no orçamento dos Estados e levantarão sugestões para melhorar o projeto de lei em tramitação na Câmara. Os deputados federais e estaduais do partido ainda devem avaliar o alcance da política e os efeitos na vida da sociedade brasileira.

O texto tem dez diretrizes objetivas e 20 metas para o ensino infantil, de jovens e adultos, profissionalizante e superior. A proposta institui estratégias específicas para inclusão de minorias e universalização da educação.

“Conhecendo bem o plano, a sociedade poderá criar estratégias e mecanismos de cobrança para a sua implantação”, declarou Eduardo Barbosa. O tucano ressaltou a importância da participação de todos no debate.

Ele defende a ampliação dos investimentos para educação, ponto central da discussão. O governo federal propõe a aplicação de 7% do Produto Interno Bruto (PIB), valor contestado por especialistas. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por exemplo, garante que o ideal é investir 10% do PIB.

Foram convidados a secretária de Educação de Roraima, Lenir Moura; o secretário de Educação do Paraná, Flávio Arns; o ex-secretário de Educação de Teresina professor Washington Bonfim; a secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Marisa Abreu; e o mestre em Sociologia Carlos Henrique Araújo. O evento será realizado de 9h às 17h, no hotel Brasília Palace, no Setor Hoteleiro Norte.

### “Conhecendo bem o plano, a sociedade poderá criar estratégias e mecanismos de cobrança para a sua implantação.”

- Deputado Eduardo Barbosa (MG)

@ Baixo investimento revela desprezo da administração federal pelo setor, condena Marchezan

### Leia também em nosso blog:

- MP que cria empresa para gerenciar hospitais universitários é um contrassenso
- Câmara reage a ameaças autoritárias do Planalto e contraria vontade de Dilma
- Impeachment é o caminho natural para o prefeito de Campinas, diz Carlos Sampaio
- Ruy Carneiro defende regras rígidas para combater a exploração sexual infantil
- Aprovado relatório de Tripoli que proíbe a permissão da caça de animais silvestres no país
- Jorginho Mello propõe ficha limpa para cargos de direção partidária
- Direto do Twitter, com os deputados Rogério Marinho (RN), Domingos Sávio (MG), Paulo Abi-Ackel (MG), Ruy Carneiro (PB) e Vaz de Lima (SP)
- Direto do Plenário, com os deputados Raimundo Gomes de Matos (CE), Antonio Carlos Mendes Thame (SP) e Bonifácio de Andrada (MG)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo